



DIÁRIO

da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2011-2012)

Sessão Solene Comemorativa do XXXVIII Aniversário do 25 de Abril

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Maria da Assunção Andrade Esteves](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)
[Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz](#)
[Abel Lima Baptista](#)
[Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá](#)

SUMÁRIO

Às 10 horas entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, a Presidente da Assembleia da República — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Primeiro-Ministro, o Presidente do Tribunal Constitucional, os Secretários da Mesa da Assembleia da República, a Secretária-Geral da Assembleia da República, a Vice-Chefe do Protocolo do Estado, a Chefe de Gabinete da Presidente da Assembleia da República e o Diretor do Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo da Assembleia da República.

No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Provedor de Justiça, os Representantes da República para os Açores e para a Madeira, os Conselheiros de Estado Leonor Beleza, Luís Marques Mendes, Marcelo

Rebello de Sousa e Vítor Bento, o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, o Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, os Chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Força Aérea, o Presidente do Conselho Económico e Social, o Chanceler do Conselho das Antigas Ordens Militares, Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional, o Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Henriques Gaspar, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana e o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública.

Encontravam-se ainda presentes, na Tribuna A, a senhora do Presidente da República, os anteriores Presidentes da República Ramalho Eanes e Jorge Sampaio e senhoras, os anteriores Presidentes da Assembleia da República Oliveira Dias, Almeida Santos e Jaime Gama e o Cardeal Patriarca de Lisboa; na Galeria I, o Corpo Diplomático; na Galeria II, o Presidente da Comissão da Liberdade Religiosa, membros da Direção da Associação

dos ex-Deputados da Assembleia da República, o Comandante Naval, um representante do Comandante do Comando das Forças Terrestres, o Chefe do Estado-Maior Conjunto e o Comandante Operacional Conjunto; na Galeria III, Secretários de Estado, o Presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, o Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados, o Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, o Presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, o Presidente do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, o Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, representantes das confederações patronais, os Secretários-Gerais da CGTP e da UGT, o Presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas e outras individualidades convidadas.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita da Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana,

colocada junto aos Passos Perdidos, executou o Hino Nacional.

Depois de escutada a frase-senha com que o jornalista João Paulo Diniz anunciou, em 1974, o início do 25 de Abril, o cantor Paulo de Carvalho, colocado na Tribuna B, interpretou a canção *E depois do adeus*.

Seguiram-se os discursos dos Deputados [José Luís Ferreira](#) (Os Verdes), [Cecília Honório](#) (BE), [Agostinho Lopes](#) (PCP), [Hélder Amaral](#) (CDS-PP), [Carlos Zorrinho](#) (PS) e [Pedro Pinto](#) (PSD), da Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República, tendo, no intervalo destas intervenções, sido projetadas fotografias do dia 25 de Abril de 1974 da autoria do fotógrafo Miranda Castela.

A sessão foi encerrada eram 11 horas e 52 minutos, tendo o Hino Nacional sido, de novo, tocado pela Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, e cantado pelo Coro da Assembleia da República, colocado na Galeria II.

A Sr.^a **Presidente da Assembleia da República**: — Srs. Deputados, declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do XXXVIII Aniversário do 25 de Abril.

Eram 10 horas.

A Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, executou o Hino Nacional.

De seguida, depois de reproduzida a frase-senha com que o jornalista João Paulo Diniz anunciou, em 1974, o início do 25 de Abril, o cantor Paulo de Carvalho, colocado na Tribuna B, interpretou a canção «E depois do adeus», que a Câmara, no final, aplaudiu.

A Sr.^a **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr.^a Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Presidentes dos Supremos Tribunais, Sr.^{as} e Srs. Deputados:

No momento em que assinalamos os 38 anos do 25 de Abril de 74, as primeiras palavras vão para os Capitães de Abril, mas também para todas as mulheres e homens que, acreditando em causas e valores, se juntaram aos militares e, juntos, fizeram a Revolução dos cravos, pondo fim a uma ditadura de quase meio século, a um regime sombrio, que censurou os portugueses, que fez a guerra do Ultramar, que semeou a miséria e a ignorância, que perseguiu, que reprimiu, que torturou. Um regime que fez isto, e muito mais, ao nosso povo obriga-nos a dizer: fascismo nunca mais!

Porque foi para isso que se fez Abril, para pôr fim ao fascismo, para o remover do nosso destino coletivo. E a adesão massiva dos portugueses à Revolução tem um motivo: os ideais de Abril estavam, e estão, em sintonia com os interesses dos Portugueses.

A Revolução de Abril é a prova, o testemunho, de que quando se age a pensar no povo, temos o povo do nosso lado. Um povo que sonhou com um País melhor e, por isso, elegeu a Constituinte para elaborar uma Constituição que garantisse direitos aos cidadãos, que consagrasse os ideais de Abril, que garantisse a justiça social e que vinculasse o Governo, nas suas opções, a governar em sintonia com os interesses do povo.

38 anos passaram, e muito se conseguiu do imenso Abril que Abril nos ofereceu, mas também é verdade que muito deixou de ser feito. Mas pior do que aquilo que deixou de fazer, é constatar que hoje vivemos um retrocesso no caminho que foi sendo construído, tendo Abril como horizonte.

Não estranha, por isso, a onda generalizada de indignação e descontentamento que hoje inunda o País. O motivo só pode ser um: os governos desviaram-se dos ideais de Abril, não cumpriram a Constituição, e sobretudo o atual, porque nenhum foi tão longe, não está a garantir os direitos dos cidadãos e não está a governar em sintonia com os interesses do povo.

Vamos aos factos — equidade e justiça fiscal: em Dezembro de 2010, PS, PSD e CDS permitiram que os acionistas das grandes empresas procedessem à distribuição antecipada de dividendos com o único propósito de não pagar impostos. Só no caso da PT deixaram de entrar nos cofres do Estado cerca de 250 milhões de euros, o equivalente ao que o governo de então estimava arrecadar, em 2011, com os cortes nos abonos de família.

Este ano, como nos anos anteriores, os mesmos partidos permitiram que grandes empresas, como o Pingo Doce, se colocassem como não residentes, para não pagarem impostos.

O mesmo se diga das propostas para acabar com os paraísos fiscais, a tributação das grandes fortunas ou a proposta para colocar a banca a pagar a mesma taxa de IRC que as pequenas e médias empresas.

A tudo isto disseram não.

Foi mais fácil cortar nos apoios sociais ou retirar o subsídio de férias aos portugueses. Ou seja, os Governos, mas sobretudo este, têm vindo a poupar a tributação dos rendimentos do capital para colocar todo o esforço fiscal nos rendimentos do trabalho.

E isto não é governar a pensar no povo, sobretudo quando olhamos para a situação das famílias portuguesas e para os lucros fabulosos dos grandes grupos económicos. Enquanto a generalidade dos portugueses leva com o aumento do IVA e do IRS, com os cortes salariais, o congelamento das reformas e

pensões, o corte nos apoios sociais, as restrições ao subsídio de desemprego, o esbulho do 13º mês e do subsídio de férias, e por aí fora, outros engordam com a crise, ao ritmo de 4 milhões de euros por dia, pagando uma ninharia em termos de impostos.

Isto não é governar em sintonia com os ideais de Abril.

Mas, para além da imoralidade fiscal instalada, temos ainda de somar os negócios que os governos têm vindo a fazer. Falamos da delapidação do nosso património coletivo, através das privatizações, mas também dos direitos especiais que o Estado detinha em empresas estratégicas, e que o Governo entregou de mão beijada, sem nada receber em troca; dos fundos de pensões, que podem ser um bom negócio para a banca, mas são desastrosos para o País; das parcerias público-privadas, que absorvem milhões e milhões de euros dos contribuintes; do BPN, que enquanto deu lucro os acionistas arrecadaram, engordaram, ninguém deu por eles, mas quando deu prejuízo o Governo chamou os Portugueses a tapar o buraco.

Isto não é governar a pensar nas pessoas.

Depois, a Constituição incumbe ao Estado a execução de políticas de pleno emprego. Mas, em Portugal, mais de um 1,2 milhões portugueses não têm emprego.

E o que faz o Governo? Primeiro, sugere a emigração e, depois, em vez de combater o desemprego, promove o despedimento, torna-o mais fácil e mais barato, como sucedeu recentemente com as alterações à legislação laboral.

O pior é que 70% dos desempregados não têm, sequer, acesso ao subsídio de desemprego. Aumenta o número de casais desempregados, com milhares de famílias empurradas para uma situação de verdadeira miséria. O salário mínimo nacional tem, hoje, um valor abaixo do limiar da pobreza. O Governo suspende as reformas antecipadas, aumentando o risco dos despedimentos coletivos; altera o regime do rendimento social de inserção, penalizando as famílias mais numerosas; emagrece as prestações em caso de doença; altera as regras da condição de recurso para limitar o acesso às prestações sociais.

Por cada dia que passa, 25 famílias vêm-se obrigadas a entregar as suas casas aos bancos. A falência de pequenas e médias empresas sucedem-se a um ritmo assustador. E, para surpresa de todos, o Governo ainda faz um balanço positivo da ingerência da troica nos nossos destinos.

Na saúde, os cortes e o encerramento de serviços é quem mais ordenam. Ao contrário do que diz a Constituição, a saúde deixou de ser para todos, os ricos têm médico privado e os pobres ficam privados de médico.

Os Portugueses pagam hoje mais impostos, ganham menos e, quando precisam do Estado, este, muitas vezes, não está presente.

Por semana, são às centenas os estudantes que abandonam o ensino por dificuldades económicas, outros tantos são excluídos das residências universitárias porque não conseguem pagar.

Nos transportes, o Governo acaba com o passe social, inflaciona os títulos de transporte, empurrando as pessoas para fora dos transportes públicos com todas as implicações que daí decorrem em termos de emissão de gases com efeito de estufa. A mobilidade está a deixar de ser um direito das populações.

O acesso às áreas protegidas começa a ser vedado às pessoas, só pagando. E nem o setor da água escapa à gula do setor privado. O Governo prepara-se para proceder à privatização deste setor fundamental à vida.

Por outro lado, assistimos ao enfraquecimento da nossa democracia, o que se torna visível não só com a transferência de soberania em matérias orçamentais, que decorre do tratado orçamental, imposto pela Alemanha, mas também com a extinção de freguesias, que a troica impôs e que o Governo se apressou, religiosamente, a cumprir.

Para terminar, Sr.^a Presidente, é verdade que vivemos uma crise, mas também é verdade que os povos em nada contribuíram para ela. À semelhança do que se passou com o caso BPN, para o qual os contribuintes portugueses em nada contribuíram, mas foram obrigados a tapar o buraco, assim está a ser a resposta à crise.

É por isso que as dificuldades, a angústia e o medo estão a tomar conta dos portugueses. E o motivo é só um: o Governo não está a governar para o povo, está a governar para os mercados e para os grandes grupos económicos.

Daí que Os Verdes considerem importante a participação dos portugueses nas comemorações do 25 de Abril, que hoje decorrem por todo o País. Será uma forma de lembrar ao Governo que há mais mundo para além da troica, que há mais mundo para além dos mercados e dos grandes grupos económicos.

Mas será também a oportunidade de dizer: tolerância zero para quaisquer indícios de fascismo.
Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PCP e de Deputados do PS.

A Sr.^a **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Honório.

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr.^a Presidente, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro- Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Ilustres Convidados e Convidadas:

O 25 de Abril foi um salto no futuro. Foi o momento em que Portugal deixou de estar preso no passado, juntando, no País, um novo sentido para a esperança.

É em nome dessa manhã limpa, em nome das mulheres, dos homens, entre eles os militares de Abril, de todos e de todas que muito andaram para aqui chegar, que esse momento fundador da democracia interpela o nosso presente e se recusa a fazer parte do que já passou.

No preciso momento em que, na voz do revanchismo social, as gerações que travaram as lutas pelos direitos fundadores da democracia são apontadas como um obstáculo à falta de oportunidade e de emprego para os seus próprios filhos, falo-vos da solidariedade, em nome da qual se fez o 25 de Abril.

Há nove anos, não esqueçamos, uma outra maioria de direita quis sanear o *R* do nome da Revolução que venceu a ditadura. Agora, a nova maioria de direita quer apagar mais do que uma letra; quer impor uma vertiginosa engenharia social que saneie a responsabilidade social do Estado. O incómodo desta maioria, forjada na desforra ideológica contra o trabalho e contra a solidariedade, dispensa agora todos os disfarces.

O mantra ideológico da direita repete incessantemente que todos vivemos acima das nossas possibilidades, num país em que há quem trabalhe e seja absolutamente pobre e em que há mais de um milhão de desempregados. Persiste a direita que o Estado são gorduras na saúde e na educação, enquanto alimenta candidamente benesses e favorecimentos aos afilhados dos partidos dos governos, da EDP à Caixa Geral de Depósitos, da Lusoponte às parcerias público-privadas. Neste tempo de atrofiamento democrático, vimos reafirmar o combate ideológico pela responsabilidade pública pela democracia.

Faz agora duas semanas que o Primeiro-Ministro se deslocou aos Açores para, no congresso regional do PSD, dizer que as prestações sociais «são estruturas que perduraram ao longo de muitos anos e que mantiveram muitas vezes as pessoas dependentes da esmola que o Estado lhes dá».

Este discurso, Senhoras e Senhores, tem um propósito: rasgar o contrato social existente. Não, Sr. Primeiro-Ministro, as prestações sociais não são esmola; são a devolução do esforço de quem trabalha a vida inteira, que desconta e paga impostos para si e para quem precisa.

A ideologia da direita, que procura colonizar o senso comum, afirmando que os pobres, os doentes e os desempregados são um fardo social, ou mesmo que são um pesadelo económico, porque não são um mercado, é o mais baixo ataque ao 25 de Abril e à nossa democracia. A direita clama agora que, havendo desemprego, a solução é facilitar o despedimento; que, havendo pobreza, a solução é tornar os pobres mais pobres. Criam a pobreza e abominam os pobres; multiplicam o desemprego e querem esconder os desempregados; receiam os jovens e insultam os jovens.

A direita propõe, assim, um contrato autoritário contra a coesão social: só aqui cabe quem não é pobre, só vive quem tem privilégio. Esse contrato está sempre a ser tentado e sempre fez gerações de miséria.

Recordemo-lo hoje: o 25 de Abril conheceu um país onde metade dos jovens de 14 e mais anos não sabia, sequer, o que era o ensino primário. Hoje, temos quase tantos mestres e doutorados quantos os alunos que andavam no ensino secundário quando chegou Abril.

Foi o Estado social, nascido com Abril, que reduziu a mortalidade infantil a níveis melhores do que os dos Estados Unidos. Em pouco mais de 30 anos, passámos a ter indicadores do primeiro grupo dos países mais evoluídos.

E se o 25 de Abril pode, sem reservas, ser entendido como uma revolução, foi exatamente porque uma grande maioria social impôs a universalização dos direitos sociais e dos direitos políticos. A segurança social,

a escola pública, o Serviço Nacional de Saúde — eis a herança de Abril que hoje corre o risco de ser desmontada peça por peça.

É por isso que o nome das coisas é tão importante. A direita bem o sabe, que alimenta este sentimento sanguinário de vingança contra o Estado social.

Protestos do PSD.

É por ele que hoje somos chamados a resistir e a reivindicar as cores da primeira revolução moderna da Europa, a francesa. Recordemos: o azul da igualdade, contra a chantagem do desmantelamento dos serviços públicos; o branco da liberdade, que enfrenta o autoritarismo social e violento do castelo contra as choupanas, dos privilégios contra o trabalho; o vermelho da fraternidade e da solidariedade, em nome de um contrato social entre gerações.

Senhoras e Senhores, 38 anos depois de Abril ter libertado o povo da ditadura, impõe-se refazer o contrato social que dá corpo à Constituição, agora espezinhada, e defender o País do protetorado que nos oprime.

Os sucessivos governos têm-se rebaixado à direção autocrática do diretório franco-alemão e, à revelia daquilo que é o verdadeiro espírito europeu, Portugal torna-se um «colonato» do governo alemão. Testemunha-o o Tratado Orçamental Europeu, aprovado à pressa por subservientes discípulos da austeridade, para se anteciparem, aliás, às eleições francesas, e que condena o País à impossibilidade de responder à recessão profundíssima em que estamos a morrer. Recusaram o referendo, não querem ouvir a voz popular.

E essa desistência é uma ofensa. O regime que abdica da responsabilidade é, em si mesmo, uma crise. A herança europeia da Revolução Francesa, do sufrágio universal, dos movimentos de trabalhadores, das modernas constituições ou da última revolução europeia do século XX, que foi a nossa, está a saque, nas mãos da especulação financeira e da batuta autocrática da Sr.^a Merkel.

Não podemos ignorar, não pactuamos com a fatalidade, só a voz do povo português pode falar mais alto e acabar com esta rota de destruição.

Nessa manhã fundadora, a palavra era a esperança. 38 anos depois, este é um país que querem condenar à fatalidade de um passado que se repetirá, até à eternidade, num presente sem futuro. Resistamos, pois, pela esperança, por todos, em nome da herança tricolor de todas as solidariedades que ajudaram a fazer a democracia e mais Europa para a Europa.

Se precisamos de um novo 25 de Abril? A nossa resposta é sim, precisamos. É certo que não vivemos numa ditadura nem carecemos que os militares se façam à rua. Mas a democracia está doente. É hoje uma democracia oligárquica, que garante poderes e privilégios a uma minoria, que é fraca com os fortes e cruel com os fracos, de costas voltadas para a sociedade, indiferente à indiferença, castigadora do sofrimento. É um regime que vive do canto de sereia da fatalidade e do conformismo, onde não há nada a fazer, mas onde se instala o discurso populista antipolítico tão amigo, afinal, das mais perigosas tentações autoritárias.

Resistamos, pois, pela esperança, pelo futuro, pelo 25 de Abril e porque o povo é «quem mais ordena!».

Aplausos do BE, de Os Verdes e de Deputados do PS.

A Sr.^a **Presidente da Assembleia da República**: — Pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr.^a Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.^{as} e Srs. Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados:

Uma crise profunda brutaliza a pátria portuguesa, uma crise encaixada, embebida na crise do capitalismo, uma crise que revelou todas as fragilidades, todos os défices estruturais, todos os estrangulamentos do País. Um processo cumulativo, que agora implodiu e explodiu, detonado pela crise do capitalismo.

Bateu-nos à porta e não pediu licença para entrar. Estava cá dentro, em gestação. Não aconteceu por acaso. É o resultado de opções políticas. Tem responsáveis: o PS, o PSD e o CDS.

E eis que, ontem, esses partidos, PS, PSD e CDS, pretensamente para responder ao desastre nacional a que conduziram o País, subscreveram um «pacto de agressão e de traição» a Portugal e aos portugueses.

Um pacto que, pela sua natureza e conteúdo, é um ajuste de contas com Abril, que hoje comemoramos!

Um pacto que agride núcleos da soberania e independência nacionais, aceitando imposições externas sobre a organização dos tribunais, um órgão de soberania, impondo um novo riscar do mapa de freguesia e concelhos.

Um pacto que agora, com o dito tratado orçamental, pretende impor o visto prévio de potências e poderes estrangeiros à soberana gestão das contas do Estado português, impor a jurisdição de tribunais externos sobre o Tribunal Constitucional, sobre a Constituição da República.

Sabemos como alguns justificam a submissão ao pacto. Seria a recuperação da soberania económica pelo saneamento das contas do Estado.

É uma fraude política. As imposições económicas, as taxas de juro, os prazos e as condições da aplicação não asseguram qualquer sustentabilidade presente ou futura das contas públicas.

E é uma blasfémia política. É como se o caminho para resistir a Castela em 1383/1385 passasse por fugir a Aljubarrota. Como se o caminho para afirmar a independência nacional em 1580 passasse pela aceitação do jugo filipino. Como se o caminho em 1808 fosse a fuga para o Brasil e a colaboração com os ocupantes, e não a resistência às invasões napoleónicas.

Percebemos o afã no apagamento simbólico da história pátria do 5 de Outubro, do 1.º de Dezembro ou mesmo da marca da história no desenho das freguesias e concelhos.

As classes dominantes, grande parte das suas elites, sempre foram, com exceções, permeáveis à colaboração com o estrangeiro opressor e explorador, em defesa dos seus interesses de classe. Foram as forças do capital monopolista restaurado e as forças políticas que impulsionaram a sua restauração, que transformaram o Estado Português, no processo de integração comunitária, numa enorme junta de freguesia. As mesmas forças que agora aceitam a sua transformação num protetorado da Alemanha.

E tem sido sempre o pé-descalço, os condenados da terra, os trabalhadores e o povo, com outros patriotas de muitas condições sociais, a levantar a voz, a erguer a resistência, a dar o corpo à revolta. E foi assim que chegámos e fizemos Abril!

É um pacto de agressão aos trabalhadores e ao povo, que tem como outro vetor a guerra ao trabalho, ou seja, consolidar o modelo de mão-de-obra barata, precária e de baixo valor acrescentado, que trouxe o País até à crise. A contrarrevolução na legislação laboral e o crescimento da massa dos desempregados só têm um objetivo: baixar o preço da força de trabalho.

Este foi, e é, o caminho do desastre. E é uma enorme mentira política, que nem os cânones da economia capitalista consentem fazê-lo, em nome da produtividade e competitividade e do emprego. Nenhuma trabalhadora têxtil que leva para casa, ao fim de uma vida de trabalho de 35 anos na mesma empresa, o salário mínimo de 485 € vai ser agente de mais produtividade. Um colossal embuste, que os dados empíricos pós sucessivas reformas da legislação laboral não consentem como argumento para melhorar a produtividade e combater o desemprego.

É um pacto de agressão e de regressão social e civilizacional na restrição e encarecimento do acesso à saúde, ao ensino e aos apoios sociais, visando, de facto, a destruição do Serviço Nacional de Saúde, da escola pública, do sistema público de segurança social; um pacto que agravará as desigualdades sociais e as assimetrias regionais.

Um pacto de agressão e regressão na soberania económica do País, com a liquidação do que ainda restava de instrumentos do comando estratégico do Estado em sectores e empresas estratégicas de bens e serviços essenciais, pela dívida das *golden shares*, pela conclusão da privatização — venda a pataco — do que restava das posições do Estado.

E tem um grande simbolismo que, em vésperas do 25 de Abril, um Governo que inscreveu no seu Programa a reindustrialização do País tenha dado luz verde ao processo de desmantelamento e deslocalização da que é hoje a principal empresa industrial em Portugal: a CIMPOR, aliás, uma construção de Abril!

Sr. Presidente da República, Sr.ª Presidente da Assembleia da República, Meus Senhores, Minhas Senhoras: A crise do capitalismo obriga a classe dominante a redobrados esforços de manipulação para explicar e esconder as causas e os responsáveis pela catástrofe.

Depois da Europa connosco, da Adesão à CEE, do euro, os portugueses não precisavam de se preocupar com essa coisa da produção nacional. Não precisávamos, diziam, de nos preocuparmos com o endividamento externo e o financiamento do Estado. Abrigados sob a asa protetora da União Europeia, do euro, estávamos a salvo das crises monetárias e financeiras, União Europeia que ia regularmente despachando para Portugal os milhares de milhões de euros, como contrapartida à destruição do aparelho produtivo!

É assim que a imposição do pacto de agressão aparece como um absurdo, uma irracionalidade!

Justificações: «Todos somos responsáveis pela situação a que o País chegou»; «vivemos acima das nossas possibilidades». Ou seja, a extraordinária ideia de que todos somos culpados e de que todos comemos mais do que devíamos, os ricos e os pobres, os que enriqueceram e os que empobreceram e se endividaram, os desempregados e os que os despediram ou os que põem o seu dinheiro nos *offshore* ou na Holanda para fugir ao fisco, os grupos monopolistas, que centralizaram e concentraram capital e engordaram nos jogos bolsistas, na especulação financeira, na produção privatizada de bens não transacionáveis, e as pequenas empresas, que faliram ou sobreviveram com recurso ao crédito.

São teses que partilharam o espaço mediático com outras justificações e explicações da crise.

É a explicação da crise como catástrofe natural, um *tsunami*, naturalizando e neutralizando as suas causas, a explicação pelas idiossincrasias e natureza do povo português: o trabalhador português, preguiçoso e indisciplinado, precisa do aguilhão patronal e da fome — logo, facilidades para despedir, menos subsídio de desemprego; o cidadão tem o vício atávico e sadomasoquista de frequentar urgências hospitalares — logo, mais e maiores taxas moderadoras! A explicação da crise pelas gorduras do Estado.

A crise é uma oportunidade de ouro para os talhantes neoliberais de todos os matizes raparem as gorduras, com muita carne do lombo à mistura. Justificações e explicações que expulsam a política das causas da crise. Ou seja, a identificação e responsabilização dos responsáveis políticos, dos partidos e dos governantes pelo estado a que chegamos. Justificações e explicações que suportam e desenvolvem as teses da judicialização e criminalização da decisão política, de que os problemas do País decorrem da má qualidade dos políticos e das elites políticas, da incompetência dos gestores e decisores públicos, da desonestidade e da corrupção dos políticos.

Não há opções e escolhas políticas e ideológicas. Não há alternativas políticas e políticas alternativas! A política passou a ser uma tecnologia, uma moral, uma engenharia eleitoral. Não há política.

É assim que carregam a crise, a dívida externa, o défice orçamental, a ruína da agricultura e pescas, a falta de médicos, o desastre da justiça nas formas orgânicas e eleitorais do sistema político, no regime democrático de Abril.

E assim se esvaem as responsabilidades dos partidos políticos, do PS, do PSD e do CDS, que governaram e governam este País, e se absolvem as responsabilidades da integração capitalista europeia e do euro. É assim que se faz, de uma anónima classe política a culpada única dos nossos problemas, porque assim ninguém é responsável, mesmo os responsáveis!

É assim que se encena uma monstruosa fraude política, fazendo do número de freguesias e concelhos os bodes expiatórios dos desequilíbrios das contas públicas, do número de feriados a grande causa da falta de produtividade da economia nacional, do número de Deputados a origem do desastre nacional.

É assim que todos os problemas do País se resolvem facilmente pela criação dos círculos uninominais, pela redução do número de Deputados, pela extinção de freguesias, pelos executivos autárquicos monocores, pela mudança dos sistemas eleitorais.

E é assim, pensam alguns, que se vai travar a mentira eleitoral e a duplicidade sistémica e sistemática de partidos e políticos deste e de anteriores governos. No Governo, o contrário do que se dizia na oposição. Na oposição, o contrário do que se fazia no Governo, o que é um cancro na democracia!

Esta ocultação dos partidos e das políticas responsáveis pelo desastre tem outra face e utilidade: a ocultação de quem afirmou no tempo certo, antes da adesão, que o euro não era compatível com a produtividade e a economia nacional, que o euro representava o financiamento do Estado nas mãos dos mercados financeiros; de quem denunciou as consequências da PAC e não descobriu agora o abandono da terra e a importância da produção agrícola; de quem denunciou o abate da nossa frota pesqueira e o fim da marinha mercante e não descobriu agora a importância do mar; de quem travou um persistente combate à privatização e desmantelamento de empresas estratégicas e à liquidação de importantes fileiras e unidades industriais e não descobriu agora que precisamos de industrializar o País; de quem sistematicamente alertou

para a gravidade do vultuoso défice comercial e a insustentabilidade do endividamento externo — o Partido Comunista Português.

Sr. Presidente da República, Sr.^a Presidente da Assembleia da República, Meus Senhores, Minhas Senhoras: A concluir, permitam que saúde a festa de Abril nesta Assembleia da República, que não poderá deixar de ser, como são hoje as ruas e praças de Portugal, uma casa de Abril.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

Permitam que alguém que era alferes miliciano, com a emoção que ainda hoje sinto, lembre e saúde o meu quartel, a Escola Prática de Serviço de Material, a EPSM de Sacavém, os seus soldados, sargentos e capitães, com quem vivi dias memoráveis. E que, saudando os militares de Abril, o MFA, o glorioso Movimento das Forças Armadas, lembre, por todos, Vasco Gonçalves, que foi soldado, capitão e general deste povo.

Meus Senhores, já quase tudo foi dito sobre essa manhã clara e vibrante, quente e luminosa desse Abril, já tão longe e ainda tão perto da nossa razão, do nosso sonho, da nossa vida. Dessa manhã amada e armada dos sinos da nossa liberdade coletiva. Dessa alvorada, manhã depois da noite do fascismo. Desse parto e porto de alegria, depois da triste escuridão de opressiva ditadura.

Desse sonho, acordado e acendido, depois de milhares de dias de medos e tormentos, de dores e sangue, de separação e ausências, desses dias cheios de grades, que era «vestido para todas as idades».

Dessa manhã, foz do rio de lutas, de coragens desconhecidas, de mulheres e homens assumidos, de paciências insuspeitas e corrosivo desfilar de desespero, de impotência, do escoar dos dias na desesperança da vil tristeza em que vivia este povo. Rio tão cheio de sacrifícios, de batalhas perdidas e de pequenos passos na consciência das gentes, tão cheio dos operários, tão cheio dos jovens desta terra aberta ao mar e ao sul. Rio cheio do nosso povo.

Rio que desaguou fraterno, solidário, de grito aberto nas bocas, de lágrimas sentidas nos rostos, de corpos abraçados de alegria na manhã clara desse Abril, tão nosso e tão de todos, que ainda hoje sentimos o nó na garganta e uma funda turvação na memória. Desse Abril, Maio na rua, Maio da nossa força, bandeira proletária de luta, de trabalhadores, sem outra ambição que o generoso projeto de quebrar as grilhetas seculares da opressão e da exploração, dos homens por outros homens, dos povos por outros povos.

E, apesar de tudo, o que depois aconteceu? Foi assim que avançámos: Abril, que foi o louvor da política, optou. Decidiu o salário mínimo. Optou pelos direitos dos trabalhadores contra os interesses do capital. Optou pelos que não tinham escola nem saúde. Optou pelos sem terra contra os que a tinham em demasia. Optou pela paz contra os interesses dos que faziam a guerra. Optou pela liberdade de todos os povos como fundamento da nossa própria liberdade.

E, hoje, é o projeto de Abril, os valores de Abril que podem iluminar o caminho a Portugal e aos portugueses. Do passado para o futuro, a liberdade, a democracia, o desenvolvimento, a justiça social, a soberania e a independência nacional!

Um caminho de necessária rutura e alternativa.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

A Sr.^a **Presidente da Assembleia da República**: — Em representação do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr.^a Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional e demais tribunais superiores, Sr. Cardeal Patriarca, Eminência Reverendíssima, Altas Autoridades civis e militares, Srs. Membros do Governo, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

É num contexto histórico marcante que se assinala o trigésimo oitavo aniversário do 25 de Abril de 1974. Por hábito e dever, recordamos a dádiva cívica que essa data significou. Devemos fazê-lo hoje também.

É verdade que a Revolução foi o resultado de um descontentamento profundo e generalizado e é ainda verdade que o período que imediatamente se lhe seguiu revelou dúvidas e divisões. Cometeram-se vários excessos, nenhum deles tão nefasto como a desnecessária polarização social e irresponsabilidade económica, que adiaram, por vários anos, o início do verdadeiro processo de abertura, de modernização e de democratização do nosso País.

Porém, nada disso é o que nesta oportunidade, à distância de quase quatro décadas do 25 de Abril, nos cumpre assinalar. O que é essencial é que a vida em liberdade e democracia, apesar da sua extraordinária complexidade, é um bem absoluto de que não queremos abdicar.

É fácil, contudo, que, numa democracia madura e consolidada, confiante e segura, a defesa da liberdade resvale para uma celebração abstrata e repetitiva. Só assim não será se assumirmos a obrigação de discutirmos sempre o que pretendemos de concreto com essa liberdade de que somos depositários.

A liberdade é um exercício dinâmico, permanente, e do 25 de Abril não saiu um conceito fechado. Ela não serve para benefício dos que fizeram a Revolução, mas de todos os portugueses, quer os que dela foram contemporâneos, quer os que lhes sucederam e sucederão.

Cada circunstância histórica tem o seu desafio e os seus problemas, que exigem soluções próprias. É dever de cada geração fazer uso da liberdade que responda ao seu tempo, sem ficar presa às discussões e aos preconceitos do passado.

Percorremos já, desde o 25 de Abril, quase tanto tempo quanto o que durou o Estado Novo, e vivemos num mundo decisivamente distinto do dos anos 70.

As esquerdas e as direitas de 2012 não podem pensar como as de então. O respeito e a coerência com os princípios e o espírito da mudança de há quatro décadas não significam uma adesão «cega» aos temas e aos termos da discussão política desse tempo.

Somos, por vezes, confrontados com manifestações vindas de quem viveu e protagonizou a rutura de 1974, de desagrado com o rumo das opções políticas presentes. Dizem-nos, como se falassem ainda ao abrigo de uma difusa legitimidade revolucionária, que não foi para certas opções dos portugueses de hoje que se fez o 25 de Abril.

Mas a liberdade, por natureza e definição, não tem proprietários. E a democracia, por razão de ser, não tem amos nem príncipes. O único soberano é, e será sempre, o povo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Aqueles que se desiludem e ofendem com o uso que os portugueses fazem da liberdade que lhes foi legada desrespeitam o alcance da sua própria conquista e cometem o erro da soberba, uma soberba intelectual, cultural e geracional, que é, ela sim, a negação da liberdade e da democracia.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Esta é a casa da liberdade e da democracia. É nela que devem ser celebradas.

Sr. Presidente da República, Sr.^a Presidente da Assembleia da República, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que fique claro que o 25 de Abril tem autores, mas não tem donos, permite leituras mas não permite chantagens, fez-se pela liberdade de todos e não para o pensamento único, tem memórias mas não deve ter manipulações.

Quem dá certificados para cada um de nós estar aqui é o povo soberano, não é uma associação ou um político em especial.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Tal como no 25 de Abril, também hoje vivemos tempos de mudança, e este não deve ser um tempo de divergências, venham elas de onde vierem, mas um tempo de consensos. Os nossos adversários não estão na esquerda ou na direita, mas nos fatores que nos amarram à crise.

É tempo de encontrar soluções, de dar esperança, de criar oportunidades.

Avaliar as ideias dos últimos 38 anos não implica querer voltar ao passado; significa, bem pelo contrário, querer responder ao presente e construir o futuro.

Vivemos num País em que a iniciativa económica e o emprego vivem em crise e o Estado sob ajuda financeira externa, com a consequente diminuição da soberania das nossas instituições e, portanto, da nossa liberdade enquanto nação independente.

Esta situação obriga-nos, no imediato, à adoção de medidas de exceção, mas impõe que reorganizemos o funcionamento do Estado, a hierarquia das suas prioridades e a sua relação com a sociedade.

Os próximos anos vão requerer um esforço decisivo de concertação e de consensos sobre a atividade do Estado, no desempenho de funções essenciais que não possam, ou não devam, ser levadas a cabo pelos particulares e de orientação dos seus recursos para os que deles mais necessitam. Uma verdadeira sensibilidade social.

Se bem aprendermos as lições deste período de emergência, dotaremos Portugal de um Estado mais eficaz, mais justo, menos refém das conveniências de grupos específicos, mais interessado em não atrapalhar a economia ou em dirigi-la, mas de a bem servir, um país mais empenhado em produzir riqueza do que em gastar o que não tem.

Este é um tempo em que os portugueses vivem grandes dificuldades, que não podemos «mascarar», e que temos que assumir como sendo de todos nós.

Somos um povo que encara «olhos nos olhos» as dificuldades, e foi sempre, nestas ocasiões, que Portugal encontrou oportunidades, que liderou mudanças no mundo, que se fundou como nação e que alumiou novos caminhos.

E assim foi, porque nunca se confinou a qualquer tipo de fronteiras. Estas foram sempre aquelas onde a bravura da nossa gente nos quis levar, mesmo contra aqueles que desconfiavam da nossa capacidade de vencer as adversidades.

Os «velhos do Restelo» de um lado, os «Adamastores» do outro, assumindo, antes e agora, designações menos metafóricas, nunca foram para nós obstáculos, mas antes motivação extra para provarmos que a natureza de um povo não se mede na sua dimensão geográfica.

De facto, quando parecia que não havia alternativa para a nossa gente, que não cingir-se ao pedaço de terra onde lhe era permitido nascer e morrer, foi quando o Portugal profundo, que trocou a madeira do cabo da enxada pela madeira do remo ou do leme da galé, se fez a outros mundos e com eles firmou uma cultura multirracial de iguais que permite, hoje, dar expressão a quem é filho dessa gesta, neste fórum, em liberdade.

É tempo de nos voltarmos a encontrar com esta tão nossa capacidade histórica de nos relacionarmos uns com os outros e com outros, para com eles ultrapassar as dificuldades que nos constroem e de nos assumirmos como interlocutores privilegiados de povos. Porque a história destas quatro décadas é também a história da dissipação progressiva dos preconceitos mútuos que há 38 anos nos pareciam inultrapassáveis, depois do sempre complexo processo de independência e de descolonização.

É verdade que sofremos todos, mas ainda assim não evita que possamos dizer, com particular satisfação, que estamos juntos.

Não há hoje, entre Portugal e os países que outrora foram suas colónias, outro tipo de relação que não tenha as características das relações entre nações soberanas e independentes. Mas não há também, felizmente, qualquer impedimento — político, ideológico ou psicológico — ao reconhecimento de uma história conjunta e de uma memória partilhada, audível e visivelmente comprovadas por uma língua comum. Aliás, a minha história de vida é um testemunho vivo dessa comunhão.

A nossa visão do mundo já mostrou as suas virtudes. Foi ela que fez com que um país pequeno da Europa se projetasse para além desta, pelo que terá que ser com base nas mesmas forças, nos mesmos pressupostos, nas mesmas qualidades que deveremos encontrar caminhos.

Portugal não pode ficar refém de incertezas quanto aos caminhos que tem que percorrer, sob pena de se enleiar nas dúvidas que consecutivamente se nos depararão, fruto de hesitações ou tibiezas que advêm da inação. Nunca, como hoje, foi tão necessária coragem reformista.

Isto não quer dizer, naturalmente, que os nossos combates não sejam ponderados. O que não nos poderá faltar é a audácia que sempre nos assistiu, é a ténpera com que nos afirmamos, é o carácter em que nos moldamos.

Sr. Presidente da República, Sr.^a Presidente da Assembleia da República, em resumo, os desafios de Portugal serão sempre superados por todos, conscientes da sua exigência e que o esforço a fazer é exigível a todos, na certeza de que as vantagens serão também repartidas por todos. Assim cada um saiba com o que contribuir para ultrapassar os obstáculos que se nos deparam.

Importa convocar os portugueses para um projeto comum, aproveitando as nossas particularidades, mas não esquecendo que nos encontramos num mundo global.

Portugal tem de representar-se naquilo que tem de melhor, valorizando o que é seu, conservando a sua identidade, mas também criando uma marca externa de dinamismo, impondo-se como um país de gente empreendedora, sem medo de falhar, sem complexos de qualquer ordem, assentando o seu futuro no esforço, no rigor e no trabalho, pois a nossa solidariedade sempre uniu, a nossa coragem sempre nos incitou, a nossa índole fará com que Portugal se renove.

Viva Portugal!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente da Assembleia da República**: — Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr. Carlos Zorrinho (PS): — Sr. Presidente da República, Sr.^a Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Convidados:

Em 38 anos de democracia, Portugal e os Portugueses fizeram um progresso assinalável.

A nossa ainda jovem democracia tem tido um percurso difícil, com obstáculos, mas tem tido um percurso de sucesso.

Em nome do Partido Socialista, presto a minha homenagem a todos quantos, pela sua luta, empenho e coragem, tornaram possível a Revolução de Abril.

Saúdo também todos aqueles que, com o seu esforço, ajudaram a transformar Abril em mais e melhor educação, em mais e melhor equidade social, em mais e melhor habitação, em mais e melhor saúde, em mais e melhor igualdade de oportunidades, em mais e maior prestígio de Portugal no mundo.

Uma revolução democrática é um processo contínuo, que precisa de se reinventar permanentemente para fazer face aos novos desafios. É um processo contínuo que precisa de se reinventar, também, para estar à altura das legítimas aspirações das novas gerações.

Uma revolução democrática precisa de rumo e de memória.

Desde há dez meses, em nome de uma agenda ideológica de total submissão aos mercados e aos seus interesses, o Governo tem vindo a proceder à maior inversão de rumo da nossa história democrática, ignorando, ao mesmo tempo, a nossa memória coletiva.

O rumo do crescimento e do progresso foi invertido.

Portugal deixou de crescer economicamente e de criar emprego.

Os indicadores sociais, as qualificações e os repositórios de conhecimento deixaram a trajetória de aproximação à média europeia e muitos começaram mesmo a regredir, deitando por terra décadas de esforço e de empenho de muitos governos, de muitas instituições e de muitas pessoas.

Risos do PSD e do CDS-PP.

Este é o primeiro Governo da nossa história democrática que parece querer dispensar a memória de Abril, a memória dos valores que lhe deram fulgor, a memória do sentido forte da nossa identidade enquanto País europeu aberto ao mundo.

Este é o primeiro Governo da nossa história que tem sido um aliado objetivo das visões extremistas que estão a corroer a Europa.

Risos do PSD e do CDS-PP.

Abril é fonte de liberdade e de diversidade.

A liberdade não se proclama nem se impõe. A liberdade pratica-se à medida de cada um e no respeito por todos.

A liberdade é a realização coletiva mais importante que um povo pode alcançar. É o direito ao trabalho, à autodeterminação económica, ao acesso igual à educação e à saúde, à felicidade. É o direito ao progresso transportado de geração para geração.

Os maiores adversários de Abril são o saudosismo, o revivalismo, a estagnação ou o alheamento, a captura ideológica ou idiossincrática.

Os seus maiores aliados são os que não desistem de o fazer cumprir.

E o Partido Socialista não desiste de fazer cumprir Abril.

Aplausos do PS.

Faremos, por isso, uma rotura democrática com quem baixar os braços, com quem ousar tentar destruir, numa legislatura, o que levou quase quatro décadas a adquirir.

Aplausos do PS.

Risos do PSD e do CDS-PP.

Pugnamos por uma agenda de modernidade e de desenvolvimento sustentável.

São de Abril as energias limpas, as indústrias criativas, a inovação tecnológica, as competências reforçadas nos sectores tradicionais, o aproveitamento dos recursos endógenos na floresta, no mar, no turismo, a aposta nas exportações, a valorização da marca Portugal.

É de Abril a ambição geoestratégica de posicionamento de Portugal como um país global e como um país rede, rejeitando ser periferia ou protetorado de quem quer que seja e afirmando a identidade histórica de quem dá novos mundos ao mundo, gera novas soluções e estabelece pontes entre as culturas, entre as gentes e os territórios.

É de Abril o diálogo social, a convergência entre a competitividade e a coesão, a promoção da solidariedade geracional e territorial.

O Governo não tem sabido assumir a responsabilidade dos consensos políticos, dos consensos sociais e dos consensos europeus. Tem malbaratado a disponibilidade política de quem põe os interesses do País acima dos interesses partidários ou setoriais.

Foi a uma Europa solidária, competitiva e sustentável que aderimos. Essa é a nossa Europa, a Europa que desejamos, e que é, também ela, tributária do espírito de Abril.

É por essa Europa que temos de lutar, em vez de nos conformarmos com uma Europa exígua, mercantil, contabilística. É por essa Europa que lutamos quando exigimos um ato adicional ao tratado orçamental, focado no crescimento e no emprego.

Abril é também primavera. Primavera europeia, com o desenvolvimento de uma plataforma progressista alternativa ao pensamento único, que nos conduziu ao abismo. Primavera europeia que desejamos volte a florir, dia 6 de Maio, com a vitória de François Hollande nas eleições presidenciais francesas.

Aplausos do PS.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Oh!

O Sr. Carlos Zorrinho (PS): — Uma vitória que, a ocorrer, quebrará o eixo de dominação tecnocrática, que tem conduzido ao empobrecimento da Europa e, em particular, dos países nos quais os choques assimétricos são mais evidentes, como é o caso de Portugal.

O Partido Socialista reafirma hoje, nesta celebração de grande simbolismo, que há outro caminho.

Com responsabilidade, e cumprindo os compromissos assumidos internacionalmente, é possível um ajustamento que não seja um empobrecimento coletivo, mas que seja, antes, a preparação para um novo ciclo de crescimento e de emprego.

Crescimento e emprego são, aliás, de novo, as prioridades da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional.

Por enquanto, são prioridades apenas no papel, mas que nós, Portugal, temos a obrigação de ser os primeiros a concretizar, e não os últimos a aceitar.

Há outro caminho. Há um caminho com as pessoas; um caminho com confiança; um caminho com compromisso; um caminho com verdade; um caminho com alegria; um caminho com dignidade; um caminho com esforço.

As portas que Abril abriu que não as fechemos nós. É a hora de continuar a fazer Abril na Europa e em Portugal.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente da Assembleia da República**: — Para uma intervenção, em representação do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr.^a Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Demais Altos Dignitários do Estado, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Representantes do Corpo Diplomático, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Meu Amigo Miguel Portas:

Quero saudar a coragem e o amor à Pátria dos militares que, há 38 anos, assumiram o risco de nos devolver a liberdade. Uma liberdade que hoje respiramos como coisa adquirida, mas nem sempre com a memória justa do seu preço.

Nesta comemoração, junto-me aos portugueses que vivem no resto do mundo e hoje estão connosco no mesmo desejo de democracia, progresso e justiça social para o nosso País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (PSD): — Mas comemorar não é lembrar, comemorar é honrar. E honrar é tornar atual e autêntico o «dia inicial inteiro e limpo» que aqui nos junta. É estar à altura desse movimento pluralista e libertador da pessoa e da sociedade portuguesa.

Hoje, apenas os que temos mais de 50 ou 60 anos experimentámos o que é ter ou não ter Abril. Dedico, assim, esta intervenção aos jovens. Só através do nosso testemunho, podemos transmitir às novas gerações o bem que é a liberdade.

E quais os padrões inequívocos dessa madrugada?

Para além da construção de um Estado democrático, com livre expressão e representação política plural, cantámos então: «Não há liberdade a sério sem paz, pão, habitação, saúde, educação». Hoje, sabemos que só há paz, pão, habitação, saúde e educação com esforço, trabalho, solidariedade, estudo e inteligência.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Hoje, sabemos de forma particularmente crua que «onde começa o sonho, começa a responsabilidade».

Trair o sonho é deixar que ele se cristalice em privilégios inexequíveis ou simples possibilidades filosóficas. Cumprir o sonho é dar resposta aos direitos inalienáveis e trabalhar na sustentabilidade dos seus alicerces.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Repito que «onde começa o sonho, começa a responsabilidade».

Estamos amarrados a esta exigência pelo «amor à verdade» que herdámos de Abril. Como estamos amarrados ao compromisso de não deixar ninguém de fora, numa sociedade que queremos justa, digna, independente.

Ao tempo em que a esperança se tornou verdade, sucede o tempo em que a verdade das dificuldades tem de ser a base para a construção de sinais da esperança.

Recebemos a libertação, mas atrasámo-nos na construção da liberdade. Nos três «dês» da Revolução, fomos felizes na democratização, displicentes na descolonização e insuficientes no desenvolvimento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por isso, chegámos ao ponto em que nos encontramos. Seria insultuoso ignorar as dificuldades por que passamos. Hoje como ontem, sentimos o apelo dos versos de Sophia: «Vemos, ouvimos e lemos. Não podemos ignorar».

Não podemos ignorar que o ajustamento das contas públicas, a curto prazo, penaliza os índices de desemprego e aprofunda os sacrifícios das famílias portuguesas a níveis de sofrimento que já tínhamos esquecido.

E não podemos ignorar, igualmente, a necessidade deste esforço para ultrapassar desequilíbrios, regenerar hábitos, sanear contas e, assim, alcançar um desenvolvimento sustentado no primado do bem comum.

Louvamos aqui o empenho do Partido Socialista e dos parceiros sociais na concertação social para o cumprimento do Memorando de Entendimento.

Em 38 anos, muito foi feito. Muito está ainda por realizar.

Construímos o Estado democrático com uma Constituição que garante igual dignidade a todos, sem distinção de raça, sexo, credo ou origem social.

Urge refletir agora — todos nós — sobre a missão e a dimensão do Estado. Acreditamos que lhe devem ser reservadas as funções essenciais de soberania, as funções de serviço público nos setores estratégicos, com destaque para as falhas de mercado, e as funções de regulação e fiscalização nos restantes setores.

Nas políticas sociais, sobretudo na saúde e na educação, precisamos de um Estado que garanta o fornecimento de serviços públicos de excelência, num quadro de liberdade de opção pelos cidadãos, assegurando que ninguém lhes deixa de aceder por razões económicas.

Recuperámos o melhor do municipalismo, mas falta-nos equilíbrio, num País que se deixou desordenar no seu território. Precisamos de aprofundar uma descentralização, geradora de novos polos, na harmonia ambiental que é exigida pela natureza e pelas gerações futuras.

Consagrámos o poder autonómico. Precisamos que este investimento seja reconhecido e devolvido, através da relação paritária com todas as regiões do País.

Produzimos um acervo legislativo abundante, por vezes de vanguarda. Há que prosseguir o caminho de uma justiça mais ágil e reparadora.

Temos uma reforma bem-sucedida nas Forças Armadas, que agora participam nas missões internacionais com os nossos aliados. Mas não esquecemos o investimento que é devido para dar uma resposta apta e qualificada ao conceito estratégico de defesa nacional.

Conquistámos a liberdade de expressão. Temos de aperfeiçoar esta abertura, no respeito pela privacidade de cada um, na presunção da inocência de arguidos ou investigados e na independência dos jornalistas em relação aos poderes económico e político.

Conseguimos uma evolução assombrosa na redução da taxa de mortalidade infantil, mas deve preocupar-nos a descida sistemática da taxa de natalidade a ponto de nos questionarmos se a próxima geração será o que nós pudemos ser.

Do mesmo modo, alcançámos índices únicos de acesso ao ensino superior, em número, qualidade e género. Importa mantê-los e suplantá-los. É também urgente que essa qualificação se encontre na realização de projetos individuais e comunitários. A investigação, a inovação e a tecnologia são áreas de eleição para um Povo que não estranha a descoberta.

Envelhecemos. Vivemos mais. Somos mais, a viver mais, o que é bom, se tivermos um tempo feliz com os outros. Mas andamos desatentos. Desencontramo-nos todos os dias, meses a fio, e acabamos sozinhos, sem vizinhos, nem filhos, nem pais, nem parentes, sem Estado nem iniciativa privada para os menos abonados, sobretudo nos grandes centros. Temos uma «democracia geracional imperfeita».

Não podemos desistir de humanizar as cidades, também elas envelhecidas, na ausência de uma reabilitação urbana consequente, metódica, geradora de novas vizinhanças, com um espírito de comunidade.

Tornámo-nos numa terra prometida para tantos imigrantes que escolheram Portugal como destino de uma vida melhor. Teremos de alcançar o respeito devido ao encontro de expectativas, de ambas as partes.

Se a Europa foi uma promessa de mundos e fundos, hoje testa-se o sonho de Jean Monet ou de coisa nenhuma. Avançámos talvez depressa demais no alargamento das fronteiras da Europa e na fusão do espaço euro, sem acautelar diferentes velocidades geoeconómicas.

Nestes tempos difíceis, apenas unidos saberemos, novamente, navegar contra o vento e apontar a rota para novos destinos.

Renovámos os laços com África, Brasil e Timor, como gente que troca cultura, negócios e conhecimento. Temos hoje um ativo de história, língua e identidade comuns que, no respeito pela soberania de cada um, potencia relações de confiança e benefícios para todos.

Usámos o mar como polo de turismo, falta-nos explorar a riqueza do fundo dos mares, a estratégia dos portos, a zona económica exclusiva e, de novo, a ciência.

Tivemos uma diáspora contributiva de remessas fixas. Hoje, contamos com comunidades de portugueses que constituem verdadeiras «embaixadas orgânicas», com uma iniciativa, energia e qualidade desejáveis a qualquer País. Assim saibamos ser «compatriotas sem fronteiras» e trabalhar os destinos da rede lusitana.

Sr. Presidente da República, Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Demonstrámos à Europa — de Espanha, em 1975, ao Leste, em 1989 — que é possível forrar uma revolução de veludo. Hoje, sabemos dizer ao mundo que não é em vão que temos uma das mais antigas identidades políticas do velho continente. Saberemos firmar os nossos pés — como em 1143, 1383, 1640 ou 1974 —, com os nossos passos, para um futuro que desejamos próspero, universal e humanista.

Honrar Abril é reconquistar a liberdade. Liberdade que é também paz, pão, habitação, saúde e educação, tal como é a autonomia e a vitalidade da nossa expansão económica e cultural. Seremos julgados não por promessas ou lamentações, mas pelo que conseguirmos realizar. E vamos ser capazes! Como Jorge de Sena dizia, antes de 1974: «Não hei de morrer sem conhecer ‘essa’ liberdade!».

Viva Portugal!

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PS.

A Sr.^a **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional e demais tribunais superiores, Ex-Presidentes da República, Sr. Procurador-Geral da República, Sr. Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e demais representantes institucionais das Forças Armadas, Ex-Presidentes da Assembleia da República, Sr. Núncio Apostólico, Srs. Embaixadores e representantes do Corpo Diplomático, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Excelentíssimas autoridades, Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Celebramos hoje Abril, a memória de uma irrepetível madrugada, em que despertámos com a liberdade, o sonho acumulado das nossas vidas e das gerações das nossas vidas. Ficou-nos no modo de pensar, de sentir, no modo de ser e nos reconhecer. É porque Abril existiu que aqui estamos.

Resposta em cravos derramada contra a desolação da ditadura, a Revolução de Abril resgatou a política da sua negação moral. Fê-la, de novo, razão em ato. Deu-lhe asas para a fundação de uma nova ordem, assente nos valores democráticos e dos direitos humanos.

Esta fundação de uma nova comunidade, que Cícero assinalou como sendo aquele domínio em que a excelência dos homens mais se aproxima da voz dos deuses, abriu a porta às imensas virtualidades da política. Uma longa narrativa, que vai da Constituição de 1976 ao Tratado de Roma e à integração política da Europa. Uma longa narrativa que atravessa um mundo dividido, com o seu paradigma das soberanias e das fronteiras, até à globalização e ao ensaio europeu para uma união de povos e de Estados. Em todo este itinerário, a política foi obreira do nosso destino. Em todo este itinerário a interpelamos e interpelámos sempre do mesmo modo. Como pode o exercício da política garantir-nos a todos o maior grau possível de liberdade e dignidade? Como pode a política, como ação transformadora, construir-nos um mundo mais feliz? Como é que reconciliamos a política com a sua idealidade perdida? Em que caminhos se promovem as condições concretas de bem-estar dos indivíduos e dos grupos e os seus projetos de vida? Como construir, sobre o passado de libertação, o nosso futuro? Como ligar a política à esperança, sobretudo em tempos difíceis?

O lugar incontornável do combate é e será sempre a democracia, com a sua esfera pública, a sua representação. A democracia, com as suas regras de jogo, nunca pode estar em causa, porque ela assenta na razão, a mesma razão que legitima e legitimará os programas com que nos propomos responder à crise.

E, no entanto, as instituições democráticas não podem deter-se na pura significação da sua matriz originária. Elas devem atualizar-se para uma resposta adaptada ao ambiente social, entre o uso das formas convencionais e não convencionais de ação política, onde tem, aliás, um papel central o Parlamento: no reforço da qualidade da representação política, ligando a proporcionalidade a elevados níveis de participação, à garantia da representação dos pequenos partidos e à clareza de alternativas, porque, em boa verdade, a realização de uma liberdade propriamente política está, desde logo, na génese da democracia; na mobilização da cidadania, dentro e fora dos nossos corredores, porque o Parlamento tem uma função política, por assim dizer, autónoma, para lá das funções de fiscalização ou legislação.

Para mais, o sentido de um comprometimento republicano entre indivíduos e instituições é ainda mais necessário quando o futuro se nos mostra no seu lado tão incerto.

Também aqui o papel dos média é essencial. Com o seu estatuto de independência, de fazedores do espaço público, de atores da comunicação social, os média estão comprometidos com a democracia e os direitos humanos e, neste sentido, estão comprometidos com o combate das instituições, pela confiança e pela esperança.

Sr. Presidente, Excelências: Hoje, a política tem o horizonte do mundo global. Um novo e alargado espaço público, marcado pela interação das novas tecnologias, da economia, dos movimentos demográficos, reclama, com urgência, uma cobertura pelo Estado de Direito, uma justiça global e cosmopolita. Isso exige um processo de integração de longo alcance, espécie de afirmação de um pensamento novo, a clamar por uma explosão da política em novos modelos e novos métodos.

O mundo aberto da globalização agigantou a evidência da nossa humanidade comum. Desmontou o mito de Vestefália das políticas separadas. Deu uma nova escala à justiça da distribuição e aos direitos.

O Estado social, com o seu sobressalto, é o sinal deste tempo de reajustamento e mudança. A legítima «utopia» de uma ordem que tem a audácia de uma inclusividade sem fronteiras, de uma inclusividade para todos, não conhece ainda uma gestão de recursos integrada por uma política de Estados integrada.

A crise económica que atravessa a Europa é, porém, na verdade, também, uma crise política e uma crise de sistema.

A crise exige um novo Direito para a produção e o comércio de bens, em ligação aos direitos sociais e à sustentabilidade ambiental. Exige um longo caminho, a percorrer por todos nós, na Europa, e pela Europa em relação ao mundo. Sobre uma estratégia unitária de defesa e gestão dos recursos comuns, no longo arco das suas políticas, da energia à vinculação do livre comércio à defesa dos direitos humanos, dos sistemas de proteção social à construção de uma nova arquitetura para uma nova ordem mundial. Bem vistas as coisas, a lealdade dos cidadãos ao projeto europeu só está garantida pelas consequências virtuosas desse projeto no plano da concreta existência humana.

Sem dúvida, a democracia tem hoje a sua prova de fogo no bem-estar social e económico dos indivíduos e dos grupos. A sua matriz de um consenso sobre a liberdade carrega agora a pretensão de uma vida melhor numa comunidade alargada de iguais. Na Europa, a liberdade, sempre fundamental, manifestou-se claramente insuficiente.

Um mundo novo precisa, pois, de uma nova política, precisa de uma justiça estruturante, assente na igualdade entre Estados e Povos, na lealdade aos valores comuns de humanidade, na distribuição equitativa de poderes e de recursos. Um mundo novo precisa de uma justiça que é mais do que a solidariedade imperfeita das velhas soluções.

É assim que a União Europeia deverá olhar todos os Estados-membros, com a mesma imparcialidade e isenção com que Homero, na sua *Ilíada*, tratou Aquiles e Heitor, gregos e troianos. Estamos juntos no mesmo destino. Estamos juntos nesta aventura, em que o interesse de cada um apenas se cumpre no exercício da vontade moral de uma justiça para todos.

Por isso, do virtuosismo cívico à mesa do Conselho Europeu, ao escrutínio e à ação constituinte dos Parlamentos nacionais, o caminho é a audácia.

O mundo indivisível ditou, definitivamente, a indivisibilidade dos métodos da política.

A ideia de pensar e agir em comum é a única que devolve a liberdade à sua verdadeira natureza.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Para uma intervenção, tem, agora, a palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Aníbal Cavaco Silva): — Sr.^a Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Senhoras e Senhores:

Ao celebrarmos o 25 de Abril, festejamos a vitória da liberdade sobre a ditadura, o triunfo da democracia sobre o autoritarismo.

Em 1974, foi necessário fazer uma revolução para mudar de regime. Mas, depois, foi necessário construir um regime novo, um regime democrático. Ao festejarmos o 25 de Abril, saudamos aqueles que tiveram a coragem de mudar de regime, mas também os arquitetos de um tempo novo, os artesãos da nossa democracia.

O regime democrático encontra-se atualmente consolidado, porque o bom senso prevaleceu sobre o aventureirismo, porque o sentido de responsabilidade foi mais forte do que as tentações extremistas.

Na altura, foi essencial para a consolidação do novo regime que Portugal projetasse no exterior a imagem de um País livre e responsável, um Estado plenamente integrado na comunidade internacional e merecedor do respeito das outras nações.

Ao longo de um caminho difícil, ultrapassados inúmeros obstáculos, conseguimos, em poucos anos, mudar de regime, realizar eleições livres, fazer uma Constituição que ainda hoje vigora e aderir de pleno direito às Comunidade Europeias.

Tomámos a opção certa. Mas, sobretudo para os mais jovens, é necessário lembrar que o caminho seguido poderia ter sido outro. Portugal poderia ter aprofundado o seu isolamento na cena internacional, se acaso o sentido de responsabilidade não tivesse triunfado com o apoio do povo, inequivocamente expresso nas eleições para a Assembleia Constituinte.

Foi necessário um trabalho árduo para demonstrar internacionalmente a nossa credibilidade como Estado soberano. Na altura, foram muitos os que participaram ativamente nesta tarefa coletiva que foi explicar Portugal ao mundo. Fizemo-lo com sucesso.

Sr.^a Presidente da Assembleia da República, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Passadas mais de três décadas sobre o 25 de Abril, os Portugueses são novamente chamados a explicar Portugal ao mundo e a valorizar o que temos de bom nos mais variados domínios.

Nas circunstâncias atuais, as exportações, o turismo e o investimento privado produtivo constituem os principais elementos capazes de contribuir positivamente para a recuperação económica e para a criação de emprego.

É sabido que os níveis das exportações e do investimento privado dependem de uma multiplicidade de fatores. Hoje, quero concentrar-me num deles, geralmente pouco referido: a imagem e a credibilidade de Portugal no estrangeiro.

Neste sentido, todos os Portugueses, e não apenas os agentes políticos, têm o dever de mostrar ao mundo o valor do seu País.

Neste dia 25 de Abril, a minha intervenção nesta cerimónia tem um objetivo preciso e uma razão prática: exortar os nossos concidadãos a corrigir a falta de informação ou até a desinformação que subsiste no estrangeiro sobre o País que somos. Se o fizermos com sucesso, contribuiremos para melhorar as condições de crescimento da nossa economia e de criação de emprego.

Através de uma perceção externa fidedigna e positiva de Portugal, conseguiremos vender mais bens e serviços produzidos no País e a melhores preços, seremos capazes de atrair mais investimento externo, obter financiamentos no exterior a taxas mais favoráveis. Conseguiremos fortalecer o turismo, captar remessas de emigrantes, afirmar as instituições científicas e os investigadores portugueses nas redes internacionais do conhecimento e da inovação.

Sabe-se, desde há muito, que a imagem de um país é um fator essencial para o seu sucesso. Fornecer um retrato realista e positivo de Portugal é um objetivo nacional, que deve mobilizar empresários e trabalhadores, as elites da ciência, das artes e da cultura, os agentes políticos e sociais e as comunidades da diáspora.

À semelhança do que ocorreu há quase quarenta anos, temos todos o dever de mostrar que somos um País credível e com potencialidades que tantas vezes são ignoradas.

Muito se tem dito e escrito no estrangeiro sobre o nosso País que não tem a mínima correspondência com a realidade. Uma vez, existe a intenção deliberada de fornecer um retrato negativo do nosso País, de evidenciar apenas uma parte da realidade. E, pior do que isso, essa percepção negativa é veiculada internamente, constituindo um fator de desmobilização dos cidadãos e prejudicando as expectativas dos agentes económicos.

O 25 de Abril dos nossos dias é também mostrar ao mundo o muito de positivo que o País tem e o respeito que merecemos das outras nações.

Esta é, repito, uma tarefa para a qual são convocados todos os cidadãos. Para além da ação dos dirigentes políticos, o que importa para consolidar a nossa projeção externa é a apresentação de exemplos concretos, capazes de vencer os preconceitos, as ideias feitas e a falta de informação isenta que ainda hoje existe sobre Portugal.

Temos a obrigação de, nos nossos contactos com o estrangeiro, transmitirmos mais do que a imagem de uma terra caracterizada pela riqueza da sua História, pela amenidade do seu clima e pela hospitalidade das suas gentes. Se tudo isso é indiscutivelmente verdade, o Portugal do século XXI é mais, muito mais, do que aquilo que há décadas projetamos, com o objetivo de atrair turistas e visitantes.

Enquanto Presidente da República, várias vezes tenho procurado dar o meu contributo para que Portugal seja visto como um Estado com credibilidade, dignidade, e como um País com inúmeros aspetos positivos e imensas potencialidades.

O desafio que hoje lanço aos nossos concidadãos é o de que juntem a sua voz à minha, à de outros agentes políticos e à dos nossos diplomatas, em defesa da imagem de Portugal no exterior.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Não se trata de alimentar um nacionalismo passadista, construído a partir do mito e da imaginação, nem de regressar a um discurso típico do regime deposto em 25 de Abril. Não temos de recorrer à ficção nem temos de criar uma imagem ilusória da realidade portuguesa.

No domínio da Ciência, por exemplo, nas últimas duas décadas, o número anual de diplomados aumentou quatro vezes e o número de novos doutorados registou um dos maiores crescimentos da Europa. Cerca de metade dos doutoramentos ocorre em áreas de elevado potencial das ciências exatas, da engenharia e da tecnologia.

Não se afirme que tal ocorreu porque impera nas nossas universidades uma maior facilidade de ensino. Portugal registou na última década a segunda maior taxa de crescimento da produção científica de todos os países da União Europeia, o que atesta o reconhecimento internacional dos nossos investigadores.

Portugal dispõe hoje de centros científicos e tecnológicos de nível internacional, em áreas de grande potencial de crescimento, como a nanotecnologia, as telecomunicações móveis e as ciências médicas. Em vários domínios, não estamos a colocar investigadores no estrangeiro; estamos, isso sim, a atrair cada vez mais talentos de outros países.

O investimento em Investigação e Desenvolvimento, em proporção do Produto, duplicou na última década, atingindo 1,7%, valor que nos situa próximo da média da União Europeia.

Risos do PS.

O cartão pré-pago para telemóveis e o sistema automático de portagens, a Via Verde, inovações disseminadas mundialmente, tiveram origem em empresas portuguesas.

No âmbito da Cultura, é preciso que o mundo saiba que a língua portuguesa é falada por mais de 250 milhões de cidadãos de oito países, situados em quatro continentes, e de uma Região Autónoma da República Popular da China. O português é a terceira língua europeia em termos de falantes e um dos idiomas em maior expansão em todo o mundo. A língua portuguesa não é um património do passado, que tende a regredir no confronto com outros idiomas. Pelo contrário, a língua portuguesa é uma comunidade de futuro. Basta referir que, na rede *Twitter*, o português é a terceira língua mais utilizada.

Risos do PS.

Temos sinais de memória espalhados pelo mundo fora. Vinte e quatro bens de origem portuguesa estão classificados pela UNESCO como Património da Humanidade. E, o que é mais um motivo de orgulho, esse património não se encontra num só país nem sequer num só continente. Há marcas portuguesas reconhecidas pela UNESCO em países como o Brasil, o Uruguai, a Índia, Cabo Verde, Moçambique, a Malásia, o Sri Lanka ou Macau, na China.

Recentemente, o fado foi designado Património Imaterial da Humanidade. Trata-se de um reconhecimento efetivo do valor da nossa contribuição para o progresso cultural dos povos.

Em muitos domínios, os portugueses são premiados internacionalmente. Dois dos nossos arquitetos foram galardoados com o Prémio Pritzker, considerado o Nobel da Arquitetura. Nas artes plásticas, na moda, nas indústrias criativas, o talento dos portugueses é admirado. A artista Joana Vasconcelos irá mostrar a sua obra no Palácio e nos Jardins de Versalhes, uma distinção rara que apenas é atribuída aos que já possuem um estatuto artístico e criativo de nível internacional. A par disso, vários dos comissários de artes plásticas portugueses ocupam altos cargos em alguns dos melhores museus do mundo, desde o Museu de Arte Moderna, em Nova Iorque, passando pelo Jeu de Paume, em Paris, ou, proximamente, o Museu Rainha Sofia, em Madrid.

Risos do PS.

No cinema, há portugueses que se impõem. Só para dar exemplos recentes, João Salaviza e Miguel Gomes foram distinguidos no Festival de Cinema de Berlim.

Este não é o Portugal de um passado imaginado nem o Portugal de um futuro desejado. Estes exemplos da ciência e da cultura são o Portugal do presente. Mais ainda: estes são exemplos expressivos, mas não casos isolados. Tudo isto foi possível devido à liberdade criada numa madrugada de Abril. E, ao mesmo tempo, tudo isto é autenticamente português.

Num outro plano, é importante que o mundo saiba que conseguimos criar uma relação exemplar com os oito países de expressão oficial portuguesa, atualmente reunidos numa organização própria, a CPLP.

Somos conhecidos, desde há muito, como construtores de pontes entre países e culturas, como artífices de consensos. Esta característica levou-nos, uma vez mais, a ser eleitos para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, desta feita para o biénio 2011-2012, vencendo a disputa a outros países de maior dimensão.

Vários portugueses desempenham atualmente funções internacionais de grande relevo, como é o caso do Presidente da Comissão Europeia, do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados e do Alto Representante da ONU para a Aliança das Civilizações e Enviado Especial para a Luta Contra a Tuberculose.

Por três vezes, presidimos à União Europeia e as presidências portuguesas sempre foram reconhecidas pelo seu dinamismo e eficiência, sendo consideradas das mais produtivas da história do processo de construção de uma Europa unida. Não por acaso, chama-se *Tratado de Lisboa* o tratado que atualmente rege a União Europeia.

O prestígio de Portugal destaca-se ainda na competência e no profissionalismo demonstrados pelas nossas Forças Armadas e forças de segurança em missões de paz e humanitárias em países como o Afeganistão, o Kosovo, Timor-Leste, o Líbano ou no mar da Somália.

Sr.^a Presidente da Assembleia da República, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Com este apelo aos Portugueses para que contribuam para projetar junto dos estrangeiros aspetos positivos da nossa realidade, não quero fazer esquecer que existem graves problemas na nossa sociedade.

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Presidente da República:** — Por mais de uma vez, sublinhei a importância de falar verdade aos Portugueses. Agora, a verdade dos tempos difíceis é reconhecida por todos.

Estou plenamente consciente da situação do País, dos problemas concretos dos Portugueses: o desemprego ou a precariedade do emprego jovem, os novos pobres, o encerramento de empresas, os dramas que atingem famílias inteiras, as condições de solidão e de carência que afetam milhares de idosos.

Sei também que existem problemas estruturais na nossa sociedade e na nossa economia que têm de ser encarados com sentido de futuro. Ainda recentemente, promovi um debate profundo sobre os efeitos da quebra da natalidade. A par disso, nunca deixei de salientar a importância do crescimento económico apoiado nas pequenas e médias empresas, em estreita articulação com a sociedade civil e com as autarquias, e de uma estratégia de revalorização do interior, que combata o despovoamento e as assimetrias de desenvolvimento.

Temos de fazer um esforço coletivo para enfrentar problemas e descobrir potencialidades. Mesmo no domínio do tecido produtivo, há sinais demonstrativos da capacidade dos Portugueses que devem ser sublinhados no exterior. Atualmente, muitas empresas dos setores tradicionais — têxteis, calçado, mobiliário, vinho — alcançaram, graças a um trabalho notável de inovação, uma nova projeção nos mercados internacionais.

De igual modo, são inquestionáveis as potencialidades da economia do mar. Com uma zona económica exclusiva de invulgar extensão, com uma linha de costa de 2900 quilómetros, com uma imensa e inexplorada plataforma continental, o País tem condições únicas para um aproveitamento sustentado dos recursos marinhos e para captar investimentos externos para esse projeto, que sempre entendi como um dos maiores desígnios nacionais.

No passado, soubemos dotar-nos de infraestruturas necessárias e de qualidade, que agora nos destacam positivamente no confronto com outros Estados da União Europeia. Portugal oferece, sem dúvida, condições competitivas para atrair o investimento estrangeiro, como o atestam os êxitos das grandes empresas internacionais.

A posição de Portugal surge igualmente destacada no domínio energético e ambientalmente sustentado. Somos o terceiro País da União com maior participação das energias renováveis no consumo de eletricidade.

Queremos que os estrangeiros saibam, acima de tudo, que o nosso melhor ativo são as pessoas. Os Portugueses têm mostrado uma capacidade notável de adaptação às dificuldades do presente. Em alturas como esta, o espírito de solidariedade dos Portugueses adquire uma dimensão que nos orgulha e comove. Estabelecem-se redes de solidariedade, o voluntariado cresce, especialmente entre os jovens, o apoio aos mais atingidos pela crise é uma realidade.

Temos vindo a cumprir de forma rigorosa e determinada o Programa de Assistência Financeira subscrito com a Comissão Europeia e com o Fundo Monetário Internacional. Diversas instituições e observadores imparciais concluíram, sem margem para dúvida, que Portugal sabe honrar os seus compromissos. As avaliações da missão tripartida reconhecem inequivocamente como positivo o trabalho em curso no plano da consolidação orçamental, da estabilidade do sistema financeiro e das reformas necessárias ao reforço do crescimento potencial e da competitividade.

O *Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego*, firmado em janeiro deste ano, entre o Governo e os parceiros sociais, é o sinal mais claro de um sentido de responsabilidade partilhada e de uma vontade genuína de que a execução do Programa de Assistência Financeira se processe num contexto de paz e coesão social.

Em momentos como este, é essencial assegurar a coesão do País. É nestas alturas que temos de nos manter unidos. Exige-se, por isso, um esforço permanente de diálogo e concertação entre o Governo, os partidos da oposição e os parceiros sociais. Este tem sido, aliás, um dos nossos principais ativos.

Numa democracia como a nossa, há sempre espaço para o pluralismo e para a diversidade de opinião. E, como já tive ocasião de afirmar uma vez, não é combatendo-nos uns aos outros que iremos combater a crise.

É este Portugal, o País que celebra a Revolução de Abril, que temos de mostrar ao exterior. Há quase 40 anos, demos um exemplo ao mundo: conquistámos a democracia sem violência nem sangue. Os cravos anunciaram um País livre e, dias depois, celebrámos a revolução num 1.º de Maio, onde todos estiveram, num dia de festa, sem confrontos nem sectarismos. É essa a lição maior que temos de seguir no dia de hoje, no ano de 2012, em que Portugal atravessa um dos períodos mais complexos da sua História recente.

Com o espírito do 25 de Abril, juntos iremos vencer.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PS.

A Sr.^a **Presidente da Assembleia da República**: — Agradeço a presença de todos os Convidados e declaro encerrada a Sessão Solene Comemorativa do XXXVIII Aniversário do 25 de Abril.

Eram 11 horas e 52 minutos.

O Coro da Assembleia da República, colocado na Galeria II, cantou o Hino Nacional, acompanhado pela Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, tendo a Câmara aplaudido de pé.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.